

O CINEMA E SUA INTERFACE COM O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA PÚBLICA

Raquel Cristina Coelho Guimarães¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo debater o ensino de História, sua relação com a história pública e sua inserção na prática docente através do cinema. Para isso, parte de uma discussão sobre: o que é história pública? Esse artigo tem como base os textos e as discussões desenvolvidas ao longo do primeiro semestre da disciplina Ensino de História e História Pública do curso de doutorado profissional em ensino de História (ProfHistória). A metodologia aplicada foi a análise bibliográfica de textos que discutem a trajetória e os debates sobre a história pública, suas áreas de abrangência e as dúvidas, angústias e inserção da temática no ensino de história, sem pretender fechar-se em uma resposta única, ou seja, uma verdade. O objetivo é ampliar o campo de pesquisa da história pública com foco no ensino de história e no uso do cinema, compreendendo a linguagem audiovisual como um espaço de múltiplas possibilidades para o ensino e também para análise da prática profissional do professor/historiador. A prática debatida no artigo é a que é pensada, analisada e referenciada durante a trajetória acadêmica dos professores de história que fazem parte do programa ProfHistória (mestrado e doutorado). O cinema é um desses espaços de pesquisa, com sua relação cinema-história e, a partir dele podemos pensar a pesquisa, o conhecimento histórico e a história pública como foi verificado nos textos analisados. O resultado da análise bibliográfica corroborara para a importância da disciplina História Pública no ensino de História, na formação docente e sua ampliação como campo de pesquisa dentro do Programa ProfHistória.

Palavras-chave: História Pública. Ensino de História. Cinema.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma tentativa de apresentar o cinema e sua interface com o ensino de história e a história pública a partir do conteúdo que foi discutido durante o primeiro semestre de 2025, na disciplina Ensino de História e História Pública, no doutorado do ProfHistória. Logo nas primeiras aulas a grande discussão girou em torno de uma definição, um conceito, almejado por muitos discentes que estavam tendo seu primeiro contato com a história pública. Nesse sentido, a grande questão era: O que é História Pública?

É interessante pensar que, apesar do tema história pública já ser debatido desde a década de 1970 nos Estados Unidos, podemos perceber que no Brasil ainda não está amplamente difundido, como foi possível notar no início da disciplina Ensino de História

¹ Doutoranda em Ensino de História pelo ProfHistória, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CAPES. Professora da Educação Básica no município de Petrópolis / RJ. E-mail: quelccoelho@gmail.com



e História Pública (Mestrado e Doutorado). Destaco que essa não foi a primeira vez que tive contato com o tema, comecei a estudar história pública no mestrado, e tentando compreendê-la, acabei por produzir um artigo intitulado “O desafio da História Pública a partir do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória: um espaço de inquietações”², foi a primeira vez que tentei pensar o tema partindo de um debate sobre o ofício do historiador, pensando esse ofício a partir do pensamento de Marc Bloch³ um pensamento que contempla uma atuação ampla dos historiadores e historiadoras, ao mesmo tempo em que temos certeza que o passado é reivindicado por diversas áreas⁴ que querem analisá-lo e tomar posse da narrativa. Esse espaço entre o ofício do historiador e a “posse” da narrativa acaba por ser o ponto de crítica à história pública, ou como ela é compreendida por alguns historiadores. Contudo, o que é história pública?

Esse é o questionamento que temos quando começamos a pesquisar sobre o tema e que aparece também em vários textos. Parece óbvio quando pensamos que a história é ou deveria ser pública, mas se paramos para analisar alguns textos que trabalham com essa temática vemos que há um espaço “não público” da história, ou melhor, da produção historiográfica, aquele espaço acadêmico, acastelado entre as produções acadêmicas, entre os especialistas e que muitas vezes não ultrapassam os muros das universidades. Como disse anteriormente, penso o trabalho com a história pública como um espaço de inquietações, de análise e busca por respostas que ainda não estão totalmente fechadas, mas que estão avançando.

Esse avanço vem sendo observado nos eventos de História organizados pelo país, nas produções acadêmicas, com destaque para as dissertações do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, a partir da análise dos autores Miriam Hermeto e Rodrigo de Almeida Ferreira sobre a produção das dissertações que contam com a construção de um “produto”. Produto esse que é fruto da experiência didática dos

² O artigo foi apresentado no 30º Simpósio da ANPUH de 2019, no ST 044. Divulgação Científica de História & História Pública coordenado por: Bruno Leal Pastor de Carvalho (UNB - Universidade de Brasília), Juniele Rabêlo de Almeida (UFF). Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anaissimposios-anpuh/37-snh30?start=220> Acesso: 23 jul. 2025.

³ Marc Bloch dizia que “Não nos temos atrevido a ser, em praça pública, a voz que clama no deserto... Temos preferido encerrar-nos na quietude dos escritórios... À grande maioria não resta mais do que o direito de dizer que somos bons operários. Mas fomos também bons cidadãos?” (BLOCH, 1990. p. 204-205 apud Josep Fontana, 2004, p. 471 - 472)

⁴ Keith Jenkins (2014, p. 21) diz que “O passado sempre foi e sempre irá com qualquer um, sem sombra de ciúme nem pitada de fidelidade permanente a uma determinada pessoa: hagiógrafos, antiquários, profissionais, marxistas, annalistas, estruturalistas, fascistas, feministas, neorrankeanos pragmáticos - qualquer um pode tê-lo.”



professores e professoras da Educação Básica, que muitas vezes não é bem compreendido no início do mestrado e que, por vezes, acaba perdido em uma interpretação problemática, que também causa problemas para a história pública, que é pensar o “produto” por um viés de simples divulgação. Entretanto, não é simplesmente uma divulgação da pesquisa, mas uma troca entre os professores e professoras, partindo de práticas pensadas e estruturadas a partir da pesquisa histórica e compartilhada/aplicada com os estudantes da educação básica. Sendo assim, é preciso:

Perceber o “produto” enquanto processo é uma forma de recolocar as possibilidades da história pública no ensino. Algumas dissertações do ProfHistória relatam a construção de produtos finais distintos do planejamento inicial, devido ao surgimento de outros caminhos durante o percurso da pesquisa-didática, algo comum numa sala de aula de História e na pesquisa histórica. De fato, muitos professores acreditam ser um objetivo menor aferir um aprendizado por meio de exames que meçam os acertos, do que o estudante compreender os processos de construção das narrativas históricas. Relembrando as observações de Circe Bittencourt (2005) quanto aos conceitos básicos das operações históricas como estímulo ao desenvolvimento do raciocínio histórico; sem que isso implique transformar os estudantes do ensino básico em pequenos historiadores. (HERMETO; FERREIRA, 2021, p. 13)

Destaquei o ProfHistória, pois o programa está nesse contexto de ultrapassar os muros da academia. Não é uma pesquisa que ficará guardada em bibliotecas ou encastelada entre os historiadores acadêmicos, mas o objetivo é que essa pesquisa feita por professores(as) da educação básica, que relatam em suas dissertações o que cada um pesquisou e como cada professor e professora produziu em sua sala de aula, estejam ao alcance de outros profissionais, pois a publicação das dissertações no Educapes proporcionam um espaço de trocas de material de pesquisa não só entre os historiadores(as)/professores(as)⁵, mas também entre outras áreas de pesquisa, como já podemos ver em artigos publicados sobre as dissertações do ProfHistória em revistas, livros e congressos organizados a partir desses trabalhos que debatem os avanços do programa ProfHistória⁶.

Essa divulgação/interação que o ProfHistória proporciona entre os professores(as) é também uma oportunidade de inserção e reinserção desses profissionais na pesquisa acadêmica, pois muitos estão voltando para a academia depois de longos anos de prática

⁵ Optei por utilizar historiadores(as)/professores(as), porque estou fazendo a relação entre o ensino de História e história pública partindo da atuação desses profissionais no programa do ProfHistória, que é voltado para os professores de História da Educação Básica.

⁶ I Congresso Nacional do ProfHistória – “A Pesquisa em Ensino de História e a Formação de Professores no contexto do ProfHistória” (2019- Salvador); II Congresso Nacional do ProfHistória - “A Pesquisa em Ensino de História e a Formação de Professores” (2022 – Rio de Janeiro); III Congresso Nacional do ProfHistória - “10 anos de ProfHistória: balanços e perspectivas sobre a formação de professores de História” (2024 – Belém).



em sala de aula, longe da pesquisa acadêmica, e acabam por vislumbrar novas possibilidades na pesquisa historiográfica. Muitas vezes em ambientes diferentes daqueles que, por vezes, foram apresentados na graduação. A história pública é uma dessas áreas.

É interessante relacionar a história pública com a questão de inserção do historiador no mercado de trabalho, pois nos Estados Unidos, na década de 1970, a história pública se apresentava como uma forma de colocar os historiadores no mercado de trabalho, em áreas diversificadas e ganhando novos espaços de atuação que não só o acadêmico e o da sala de aula. As autoras Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai falam sobre essa temática ao enfatizarem que “O conceito de história não é novo, mas a reflexão sobre a sua importância na academia vem se expandindo.” (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 7) ao mesmo tempo que reforçam a força que a história pública tem de ser plural, democrática e confiável.

A história pública é uma possibilidade não apenas de conservação e divulgação da história, mas da construção de um conhecimento pluridisciplinar atento aos processos sociais, às suas mudanças e tensões. Num esforço colaborativo, ela pode valorizar o passado para além da academia; pode democratizar a história sem perder a seriedade ou o poder de análise. Nesse Sentido, a história pública pode ser definida como um ato de “abrir portas e não de construir muros”, nas palavras de Benjamin Filene. (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 8)

Esse olhar para o pluridisciplinar também é descrito por Sara Albieri ao falar da educação histórica, apontando os livros didáticos como forma de publicação da História, mas que não abrem espaço para uma análise crítica, sendo um compartilhamento de temas e de parte de conteúdos históricos, pois os livros são baseados nos currículos e seguem o padrão da publicação didática, mas o conceito tratado pela autora vai além, pois busca outros espaços para a publicação como os locais de memória: museus, monumentos e sítios de conservação, são locais que têm por objetivo dar acesso ao público e não só aos pesquisadores, para que tenhamos uma verdadeira educação histórica. Vejo aqui um cenário que dialoga com as pesquisas do ProfHistória e com o viés da história pública:

Outro aspecto da educação histórica está associado à divulgação científica da história por meio de documentários, filmes de caráter histórico, livros romaneados com pano de fundo histórico, histórias em quadrinhos ambientados historicamente. São tantas as outras formas de publicação da história presentes na cultura comum, que por vezes merecem reflexão quanto aos conteúdos históricos que veiculam. O cenário de publicação da história é amplo e diversificado. Isto é, como se a historiografia acadêmica - aquela que é produzida como ciência pelos especialistas - vazasse por muitos poros, e formasse uma intrincada rede de vasos comunicantes que alimenta a visão comum do que é história. (ALBIERI, 2011, p. 21)

A autora faz um pequeno inventário, como ela mesma descreve, de áreas que estão ligadas a pesquisa histórica, que aparecem como espaços para novas pesquisas, o mesmo



podemos ver nos trabalhos já apresentados no ProfHistória, sem deixar de lado que para proporcionar uma “educação histórica”⁷ é necessário que se faça a interpretação das fontes, trabalho esse feito pelos historiadores(as)/professores(as). Pois para o trabalho com as fontes e com a pesquisa não se pode deixar de lado a análise e interpretação dessas fontes, a seriedade da pesquisa, o rigor e o compromisso com a historiografia, esse ofício que nos é ensinado na graduação e no decorrer da profissão como historiadores(as)/professores(as). O que não impede que o conhecimento seja compartilhado, debatido e divulgado, tendo um retorno da sociedade que sempre demonstrou interesse pela História. Esse é o ponto em destaque: o compartilhamento, que vai muito além da simples divulgação.

Nesse sentido, a divulgação e a questão da audiência vem sendo um espaço de debate e de enfrentamento para a história pública, pois a divulgação entendida pelos historiadores(as) da história pública não é a visão mercadológica das grandes audiências, contudo está mais dentro da concepção da divulgação para a educação histórica, um pensamento comum aos professores e professoras de História, que buscam por uma consciência histórica⁸ em nossa sociedade. Ampliando as formas de reconhecimento dos trabalhos produzidos não só na academia para a divulgação em periódicos e entre pares, mas os trabalhos que dialogam com a sociedade. Nesse contexto, o pensamento da professora Sara Albieri nos leva a pensar mais sobre o que entendemos, nós historiadores(as)/ professores(as), sobre divulgação e audiência:

Penso que deveríamos nos empenhar pelo reconhecimento das formas de publicação históricas como formas que podem perfeitamente emanar da Academia ou andar de mãos dadas com a historiografia acadêmica. Não é preciso que esta seja uma relação hostil e conflitante. Para ajudar a pensar essa conciliação e essa passagem, poderíamos invocar um conceito filosófico - de consciência histórica. (ALBIERI, 2011, p. 25)

Nesse contexto, não podemos deixar de lado o interesse de nossa sociedade pela história, que muitas vezes é voltado para o consumo de livros, filmes, séries e todo material que é divulgado pela televisão, cinema e internet. Creio que aqui entra o conflito das narrativas, pois em pleno século XXI temos uma guerra de narrativas. Narrativas estas que estão dentro do debate não só cultural, mas político. Uma área conflituosa que o

⁷ A professora Marieta Moraes Ferreira em seu texto *Quais as afinidades entre um mestrado profissional em ensino de história e história pública?* publicado no livro *Que história pública queremos?* (2018) traz um gráfico das publicações entre de 2014 – 2020 do ProfHistória com destaque para as temáticas: história e cultura afro-brasileira, educação patrimonial, história indígena, história local entre outras que demonstram a conexão entre essas temáticas e demanda social do país.

⁸ Segundo Sara Albieri (2011, p. 27) “A expressão designa o modo como os seres humanos interpretam a experiência da evolução temporal de si mesmo e do mundo em que vivem”.



professor Jurandir Malerba debate em seu texto *Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History* (2013), um texto que já tem mais de uma década, porém sinaliza bem esse histórico de disputas por espaço na divulgação da História e quem pode e tem direito a escrever sobre a história. O autor fala sobre a batalha pelo reconhecimento, no Brasil, da profissão de historiador e o quanto essa lei⁹ foi questionada, pois delimita o espaço entre o acadêmico e o não acadêmico.

Essa delimitação de espaço, a partir da Lei 14.038/20, é também uma oportunidade de trabalho para quem termina a licenciatura ou o bacharelado em História, trazendo, assim novas áreas de atuação, abrindo espaço em concursos públicos¹⁰ para historiadores(as), algo que nos faz lembrar a ideia da história pública nos Estados Unidos na década de 1970, criar novos postos de trabalho para os recém graduados.

Contudo, o texto do professor Jurandir Malerba aponta para um objetivo “pensar a prática da história não acadêmica no Brasil à luz de algumas questões suscitadas pelos debates as *Public/Popular History*”, dentro de seu texto ele debate novamente a divulgação e audiência, pensando o contexto de publicação do ano de 2013, os medos e os anseios de quando o texto foi publicado têm justificativa, pois quando fazemos a leitura hoje, em pleno 2025, tendo passado por inúmeros acontecimentos políticos, entendemos o receio que havia do uso da narrativa histórica¹¹ por pessoas sem o devido treinamento profissional e, acrescento aqui, sem a ética profissional.

Nesse curto espaço de tempo entre a publicação do artigo, conseguimos hoje entender tais medos e anseios, e podemos observar o crescimento de uma história pública atuante, capacitada e profissional que não abre mão de estar sendo debatida nos congressos, nos periódicos e livros e que se expande para a formação acadêmica, como no ProfHistória (mestrado e doutorado) e no Mestrado em História Pública (UNESPAR)¹². Essa passagem de tempo proporcionou o amadurecimento da história

⁹ Lei nº 14.038 de 17 de agosto de 2020 - Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114038.htm Acesso: 26 jul. 2025.

¹⁰ A partir de uma busca rápida na internet em sites de concursos é possível ver que há a abertura do cargo Historiador que saem da perspectiva da sala de aula e passam para outros ambientes da administração pública. Disponível em: <https://www.pciconcursos.com.br/provas/historiador> Acesso: 26 jul. 2025.

¹¹ Itamar Freitas (2019, p. 174) no *Dicionário de Ensino de História* (2019) diz que: “Jörn Rüsen entende narrativa como principal competência humana de produção de sentido. E produzir sentido é atribuir significado à vida, sob o ponto de vista individual e social, principalmente, diante das mudanças as quais estão submetidas as pessoas durante a existência”.

¹² As informações sobre o programa estão disponíveis em: <https://ppghp.unespar.edu.br/> Acesso: 29 jul. 2025.



pública e sua ampliação para as diversas áreas da história, não fugindo dos avanços tecnológicos e sim fazendo deles material de pesquisa e análise adentrando novos espaços como o da história digital, o mundo dos *games*, são novas tecnologias e os novos “mundos” que estão surgindo.

Sem perder o foco de que “Quando se faz ciência, o historiador metodiza e corrige o cabedal de memória – sentimentos e documentos – para organizá-los numa narrativa racionada.” (ALBIERI, 2011, p.27) somos nós a buscar material (fontes), a organizar, dialogar, analisar e narrar a condição humana em determinado espaço e tempo. “Assim identificamos o mundo ao nosso redor, assim construímos nossa identidade: sempre com a consciência de tempo, sempre elaborando algum tipo de narração que envolve o passado e remete ao futuro” (ALBIERI, 2011, p. 28). Sabemos que, ainda hoje, há uma disputa pela narrativa histórica, um medo que acaba por dividir os espaços, por não perceber que a aproximação e o diálogo com outras áreas acrescentam em nosso historiar.

O CINEMA E SUA INTERFACE COM O ENSINO DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA PÚBLICA

Pensar em falar de cinema é já pensar em público, pois a produção cinematográfica é destinada a um público. Para melhor definir, o cinema se tornou uma indústria de entretenimento onde se contam histórias, sejam elas por meio da ficção, documentários, dos romances históricos que tem como referência e cenário eventos que marcaram a história. De tal maneira que o cinema já vem sendo material de pesquisa e de debate na historiografia há algum tempo, mas não foi fácil organizar e aceitar a relação cinema-história.

Essa relação ganhou força e hoje podemos utilizar o cinema como fonte de pesquisa para dialogar e pensar a História através da produção cinematográfica. Não podemos esquecer de mencionar o pioneirismo do historiador Marc Ferro nesse reconhecimento:

Ferro fez com que a relação cinema-história ou imagem-história adentrasse os recintos da universidade. Escreveu para o cinema e apresentou por 13 anos com o programa *Histoires parallèles*, aos sábados, às 19hs30', no ART, o mais prestigioso canal de televisão francês. No entanto, no início de suas pesquisas e reflexões Ferro teve cancelado o financiamento de sua equipe pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNRS). Ele prestou também, oito vezes o concurso nacional francês para aceder à carreira de magistério e até Fernand Braudel o desaconselhou de levar adiante o projeto de estudar história a partir do cinema. (NÓVOA, 2009, p. 164)



Podemos perceber que a aceitação não foi fácil. Foi preciso muito empenho e debate para que o cinema fosse aceito¹³. Contudo, o objetivo desse artigo é relacionar cinema, ensino de história e história pública. Podemos salientar que mesmo tendo o cinema já se consolidado como material para o trabalho dos historiadores desde a década de 1970, ainda temos debates sobre como utilizar os filmes em sala de aula.

Ressalto aqui que estamos pensando o trabalho como filmes em ambiente escolar. Sendo assim, para que esse trabalho aconteça é preciso compreender as produções cinematográficas dentro de seu contexto histórico, conhecer mais sobre os cineastas e aprender sobre a linguagem cinematográfica, tais conhecimentos são necessários para que possamos ampliar nosso domínio cinematográfico e, conseqüentemente, a nossa análise.

Dentro da perspectiva de diálogo, divulgação e audiência, o trabalho com filmes possui uma vertente de educação histórica e também está inserido dentro do conceito de consciência histórica apresentado por Sara Albiéri:

[...] a manifestação da consciência histórica se dá culturalmente; ela é prévia e mais fundamental que os símbolos sensórios que se impõe à imaginação coletiva para a constituição de memórias histórica determinadas. Ela evoca a uma condição primeva da humanidade, aquela de organizar historicamente a experiência do mundo. Segundo esse pressuposto, a prática histórica seria muito mais do que decorar os nomes do passado, ou tentar reproduzir, de um jeito verbal ou gestual ou através de rituais, esse patrimônio. É algo que condicionaria o modo do próprio homem estar no mundo, anterior e mais fundamental que a formação de conhecimentos históricos específicos. (ALBIERI, 2011, p. 26)

Nessa interface vejo o papel do cinema como a tentativa de registrar e representar o passado, ou melhor, faz parte da relação do ser humano com o registro de sua história, ou pelo menos a tentativa de registro e representação através do tempo. Contudo, o cinema passa a ser a mudança, pois é mais que imagem: é a imagem em movimento. Dentro desse contexto há também, além do registro do cotidiano que caracteriza o início do cinema, a construção de narrativas e representações.

Rosenstone (2010) fala sobre o cinema como sendo a máquina que nos possibilita “ver o passado”. O início da história do cinema nos mostra que assim começou o cinema, com o registro filmico do dia a dia, como as imagens feitas e exibidas pelos irmãos Lumière, imagens que retratavam acontecimentos simples: a chegada do trem na estação e a saída dos operários de uma fábrica são exemplos desse início, um início que se dá ao final do século XIX, mas que se transforma ao longo do século XX.

¹³ Marc Ferro (1924 - 2021) foi um dos pioneiros no uso da imagem, particularmente os filmes, como fonte histórica. Um de seus mais importantes trabalhos na área foi publicado, no Brasil, em 1977: “Cinema e História” é considerado o pioneiro dos estudos da relação cinema-história, no mundo. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/morre-o-historiador-frances-marc-ferro/> Acesso: 29 jul. 2025.



Em 28 de dezembro de 1895, na cidade de Paris, os irmãos Louis e Auguste Lumière promovem um evento cuja repercussão ultrapassaria as fronteiras francesas, alcançando um movimento relativamente crescente, os demais continentes. Naquele dia, as 33 pessoas presentes no Grand Café assistiram à bem-sucedida exibição de filmes realizados pelos irmãos Lumière, sendo consideradas o primeiro público de cinema. (JEANCOLAS, 2004 *apud* FERREIRA, 2018, p. 17-18)

Esse momento é a definição da mudança na Arte, na História e em muitas outras áreas que passaram a utilizar o cinema como fonte de pesquisa e análise. E nesse caminho percorrido pelas produções no decorrer do século XX transformaram a produção cinematográfica, passando da simples representação de imagens em movimento para uma área ampla de pesquisa como coloca Nóvoa (2009) ao falar sobre a cinematografia dos anos de 1960, o pós-guerra, relatando como essas transformações acabaram por tornar o cinema uma expressão artística completa e um instrumento de crítica social. “Seu interesse pelo drama humano, social, psicológico e, portanto, pela história teve reflexos importantes no *métier* do historiador, tanto quanto para o cientista social.” (NÓVOA, 2009, p. 164).

Nesse sentido, é dentro desse espaço que minha trajetória de pesquisa está inserida, em um primeiro momento não pensada para a educação, mas sim no trabalho com o cinema na graduação onde fiz a minha monografia sobre cinema, intitulada: *Da Invenção do cinema à invenção do Nordeste: o discurso-imagético no Cinema Novo e no cinema contemporâneo pernambucano* (2012)¹⁴, passando pela dissertação, uma pesquisa aplicada na turma de 3º ano da educação básica e que teve como base a aplicação da Lei 10.639/03, a dissertação tem por título *Um olhar para o ensino de história da África através do cinema: Práticas do Ensino Fundamental – anos iniciais*. (2020)¹⁵, um trabalho que deu sequência ao uso do cinema, porém com o objetivo de trabalhar a história da África a partir do cinema de animação, pois os estudantes eram crianças. Desse trabalho surgiu um *site*¹⁶ para divulgar as animações criadas a partir das oficinas realizadas durante a pesquisa e o caminho percorrido durante a pesquisa de mestrado.

Nessa sequência, houve a necessidade de trabalhar mais com a compreensão da linguagem cinematográfica, compreender as novas tecnologias e técnicas de filmagem e edição: um mergulho em novos espaços de pesquisa, ou como coloca Rosenstone:

Todo dia, fica mais claro até mesmo para o mais acadêmico dos historiadores que as mídias visuais são o principal transmissor de história pública na nossa cultura, que para cada pessoa que lê um livro sobre um tópico histórico abordado em um filme, especialmente um filme popular como *A lista de*

¹⁴ Disponível na biblioteca da Universidade Católica de Petrópolis/RJ.

¹⁵ Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601360> Acesso: 27 jul. 2025.

¹⁶ Disponível em: <https://quelccoelho.wixsite.com/website-1> Acesso: 27 jul. 2025.



Schindler (1993), muitos milhões de pessoas provavelmente terão contato com o mesmo passado apenas pelas telas. Em vez de rejeitar essas obras – como muitos historiadores profissionais e jornalistas costumam fazer – como mera “ficção” ou “entretenimento”, ou de se queixar de suas “imprecisões” flagrantes, parece mais sensato admitir que vivemos em um mundo moldado, mesmo em sua consciência histórica, pelas mídias visuais e investigar exatamente como os filmes trabalham para criar um mundo histórico. (ROSENSTONE, 2010, p. 29)

A forma como o texto de Rosenstone trata a relevância do cinema para a pesquisa afirma que esse trabalho está diretamente ligado a história pública, a esse espaço de diálogo com as novas tecnologias. Tais tecnologias surgem a cada momento, abrindo espaço para novas narrativas e campos de atuação. Tivemos a oportunidade de debater e conhecer um pouco mais desses novos espaços durante o primeiro semestre do doutorado.

É necessário destacar que o trabalho com a pesquisa cinematográfica requer a compreensão da linguagem cinematográfica, pois “[...] o chamado cinema-história não se limita ao contexto educativo ou documental, podendo também as produções fílmicas ficcionais serem problematizadas historicamente.” (FERREIRA, 2018, p. 72). De tal maneira que para trabalhar com os filmes em sala de aula é necessário ampliar a análise fílmica, pois não estamos falando só da exibição, precisamos compreender os diversos elementos que compõem a produção cinematográfica: gênero, conhecer mais sobre o cineasta, identificar o ano de produção e exibição, o recorte de tempo e lugar em que o roteiro é desenvolvido, são elementos que precisam ser analisados antes da exibição, além de conhecer os elementos da montagem fílmica. Esses elementos devem ser compreendidos pelos professores(as) e historiadores(as), pois partem da necessidade de compreender a linguagem cinematográfica e, assim, dialogar com as produções cinematográficas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou responder alguns questionamentos sobre história pública, sem a pretensão de formular um conceito único, pois como coloca Linddington (2011, p. 34) a história pública é "o novo nome para a história mais velha de todas".

Partindo dessa interpretação, busquei analisar a história pública dentro da prática docente, com destaque para como o programa de Ensino de História - ProfHistória, vem ampliando os debates sobre história pública através de suas pesquisas.

Outro ponto do artigo foi o trabalho com o cinema e sua relação com o ensino de história e história pública, partindo da análise que o trabalho com os filmes não é só



exibição, mas necessita da compreensão da linguagem cinematográfica, o que nos permite ampliar a análise das imagens, trabalhar com a produção e construir novas narrativas que possibilitem o entendimento dos estudantes sobre o tema apresentado, de tal maneira que possa proporcionar uma produção colaborativa entre a escola e a academia, através das pesquisas e a elaboração das dissertações e teses do ProfHistória.

Nesse sentido, o ponto de interface entre cinema, ensino de história e história pública é representado pela troca, pelo diálogo e a interação que se tem entre a pesquisa acadêmica e a produção intelectual dos professores(as)/historiadores(as) "A reflexão crítica tende a refinar o trabalho do professor, beneficiando o público estudantil e qualificando o processo de ensino - aprendizagem" (FERREIRA, 2018, p. 35).

Destaco que durante a disciplina de Ensino de História e História Pública outros temas foram largamente debatidos, porém o presente artigo dialogou com o cinema e sua relação com a história sob o viés da história pública, pois esse é o tema que estarei trabalhando em minha pesquisa de doutorado.

REFERÊNCIAS

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. *In.*: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 19 – 28.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. Apresentação. *In.*: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 7-15.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Quais as afinidades entre um mestrado profissional em ensino de história e a história pública? *in.*: BORGES, Viviane Trindade; MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) **Que história pública queremos? What public history do we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 49-58.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Luz, câmera e história!: práticas de ensino com o cinema**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida; HERMETO, Miriam. Introdução: História pública e ensino de história: Caminhos em movimento. *In.*: FERREIRA, Rodrigo de Almeida; HERMETO, Miriam (Orgs) **História Pública e ensino de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2021. p. 7 – 28.

FONTANA, Josep. **A história dos homens**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.



FREITAS, Itamar. Narrativa histórica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Dias de. **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 173-178.

JENKINS, Keith. **A história refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina**. São Paulo: Contexto, 2014.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública: os públicos e seus passados. In.: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31 – 52.

MALERBA, Jurandir. *Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History*. **História da Historiografia**. Ouro Preto/MG, n. 15, p. 27-50, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008.

NÓVOA, Jorge. Cinematógrafo. Laboratório da razão poética e do “novo” pensamento. in: NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGELSON, Kristian (Org). **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 159-190.

ROSENSTONE, Robert. **A história nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

